IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

CAMINHOS PARA ADIAR O FIM DO MUNDO: PENSANDO OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS A PARTIR DE AILTON KRENAK

NATÁLIA CORREIA PIMENTA[1]
VITOR CARVALHO GOMES[2]
TIAGO FRANCA BARRETO[3]
VALDERÍ DE CASTRO ALCÂNTARA[4]

[1]*Universidade de Brasília (UnB) – natalia1dpimenta@gmail.com*
[2]*Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – adm.vitorcg@gmail.com*
[3]*Universidade de Pernambuco (UPE) – tiago.barreto@upe.br*
[4] *Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – valderidecastroalcantara@gmail.com*

Resumo

O pensamento de Ailton Krenak, pensador índigena, ocupa lugar singular ao articular a crítica ao capitalismo e colonialismo, defendendo a Terra como ente vivo e propondo outras formas de relação entre humanidade, território, tempo e futuro. Apesar da crescente circulação de suas ideias no debate público e ambiental, ainda são incipientes as leituras sistemáticas que explorem o potencial do pensamento de Ailton Krenak para os Estudos Organizacionais. Permanece, portanto, a seguinte questão: como os saberes de Ailton Krenak podem contribuir para repensar os fundamentos ontológicos, éticos e políticos dos Estudos Organizacionais, oferecendo caminhos para "adiar o fim do mundo"? Assim, buscamos compreender de que maneira suas ideias podem contribuir para os Estudos Organizacionais no enfrentamento da crise ecológica contemporânea e na construção de formas alternativas de organizar a vida capazes de adiar o fim do mundo. O ensaio mostra que pensar os Estudos Organizacionais a partir de Krenak permite deslocar o campo para além da gestão da crise, recolocando no centro da análise as questões de limite, futuro, interdependência e responsabilidade coletiva. Arriscadamente, lançamos a noção de que adiar o fim do mundo emerge como uma tarefa ontológica e ética inadiável dos Estudos Organizacionais.

Palavras-chave: Organizações; Pensamento Indígena; Terra; Crise ecológica.

Introdução

A crise ecológica contemporânea tem evidenciado o esgotamento de formas historicamente consolidadas de organizar a vida coletiva. O avanço das mudanças climáticas, a perda acelerada da biodiversidade, a contaminação dos rios, o colapso de ecossistemas e a intensificação das desigualdades socioambientais (IPCC, 2023; IPBES, 2019) revelam que a crise atual não se restringe a um conjunto de problemas técnicos ou de gestão, mas expressa um impasse civilizatório mais profundo (Leff, 2006; Escobar, 2018). Trata-se da crise de uma ontologia moderna fundada na separação entre humanidade e natureza (Latour, 1994), na crença no progresso ilimitado (Mignolo, 2011; Quijano, 2000) e na redução da Terra à condição de recurso a ser explorado (Shiva, 2005).

As abordagens no campo da Administração, tem em grande medida, permanecido circunscritas a abordagens gerencialistas orientadas à mitigação de impactos, ao desenvolvimento de tecnologias limpas, à governança ambiental e à promoção da

sustentabilidade corporativa (Banerjee, 2008). Embora tais iniciativas possam gerar avanços importantes, elas frequentemente preservam os pressupostos ontológicos que sustentam a própria degradação ambiental, ao tratar a natureza como capital natural, os territórios como ativos e os conflitos socioambientais como externalidades passíveis de gerenciamento (Banerjee, 2008). Dessa forma, as organizações continuam sendo analisadas predominantemente como instrumentos de eficiência e coordenação, sem que se questione de maneira substantiva o modo como participam da produção e reprodução de mundos insustentáveis (Escobar, 2018).

Nas últimas décadas, diferentes correntes críticas têm buscado tensionar essas bases epistemológicas e ontológicas. Perspectivas decoloniais, pós-humanistas, cosmopolíticas e oriundas de saberes indígenas vêm desafiando as fronteiras modernas entre sociedade e natureza, humano e não humano, sujeito e objeto, propondo modos alternativos de pensar a organização da vida (Escobar, 2018; Latour, 2017; de la Cadena, 2015; Danowski; Viveiros de Castro, 2014). Em comum, essas abordagens ressaltam que a crise ecológica é inseparável de processos históricos de colonialismo, racialização, expropriação territorial e destruição de múltiplas formas de existência.

Nesse contexto, o pensamento de Ailton Krenak emerge como uma contribuição singular e profundamente provocativa. Intelectual, ambientalista e liderança do povo Krenak, ele articula uma crítica contundente à ideia moderna de humanidade e à racionalidade desenvolvimentista, ao mesmo tempo em que afirma a Terra como organismo vivo e propõe outras formas de relação entre tempo, território, ancestralidade e futuro (Krenak, 2019, 2020a, 2020b, 2022). Em suas obras, a crise ecológica é interpretada não como um evento excepcional, mas como manifestação do rompimento das relações de reciprocidade entre humanos e os demais seres que compõem a teia da vida (Krenak, 2019, 2020a, 2020b, 2022). Em contraposição à lógica utilitarista e antropocêntrica, Krenak (2022) reivindica a necessidade de reaprender a escutar rios, montanhas e florestas, reconhecendo-os como parentes e participantes ativos do mundo comum.

Em *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*, Krenak (2019) questiona a própria noção de humanidade ao afirmar que ela constitui um "clube" excludente que historicamente marginalizou povos indígenas, quilombolas e outras formas de vida. Em *A Vida Não é Útil*, argumenta que a existência não pode ser reduzida à lógica da produtividade e da utilidade econômica (Krenak, 2020a). Em *O Amanhã Não Está à Venda*, critica a crença de que o futuro possa ser apropriado e comercializado (Krenak, 2020b). Já em *Futuro Ancestral*, propõe que, se há futuro possível, ele é necessariamente ancestral, pois "já estava aqui" (Krenak, 2022). Em conjunto, essas obras oferecem um repertório conceitual e político potente para repensar os fundamentos da Administração diante da crise ecológica.

Apesar da crescente circulação das ideias de Krenak no debate público e acadêmico, ainda são incipientes as investigações que exploram de maneira sistemática suas contribuições para o campo da Administração. Tal lacuna é particularmente relevante em um campo que historicamente privilegiou referenciais eurocêntricos e racionalidades instrumentais, relegando a segundo plano epistemologias oriundas de povos indígenas, quilombolas e outros sujeitos historicamente subalternizados.

Diante desse cenário, este artigo busca responder à seguinte questão de pesquisa: **como os saberes de Ailton Krenak podem contribuir para repensar os fundamentos ontológicos, éticos e políticos dos Estudos Organizacionais, oferecendo caminhos para "adiar o fim do mundo"?** O objetivo é compreender de que maneira o pensamento de

Krenak pode contribuir para o enfrentamento da crise ecológica contemporânea e para a construção de formas alternativas de organizar a vida.

Metodologicamente, este estudo configura-se como um ensaio teórico, distanciando-se do metodologismo tecnicista e das revisões de literatura meramente descritivas. Assume-se aqui o ensaio como um ato epistemológico que exige um investimento crítico e profundo sobre a realidade (Faria, 2022). Seguindo a perspectiva de Daher et al. (2024), o texto adota a experimentação de pensamento como método, utilizando o pensamento filosófico de Ailton Krenak para desestabilizar as estruturas de base do pensamento moderno e euro-anglo-saxão nos Estudos Organizacionais.

A construção do argumento segue os “blocos de construção” teóricos propostos por Whetten (2003), organizando a análise em três movimentos que respondem às dimensões do “o quê”, “como” e “por quê” de uma contribuição original. No primeiro movimento (o “quê”), mapeiam-se os conceitos centrais de Krenak - como Terra viva, tempo e ancestralidade. No segundo movimento (o “como” e “por quê”), analisa-se a lógica de causalidade pela qual esses conceitos tensionam as ontologias modernas, justificando teoricamente por que as formas hegemônicas de organização se tornam limitadas sob essa lente.

A validade deste ensaio não reside na comprovação empírica tradicional, mas na sua capacidade reflexiva e na originalidade da argumentação (Meneghetti, 2011). O texto busca o que se denomina "provocação disciplinada", unindo o rigor da fundamentação teórica com uma voz autoral engajada que convida a comunidade acadêmica a pensar e agir de forma diferente do que pensamos conhecer (Bispo & Chimenti, 2025) frente às crises ecológicas e sociais contemporâneas.

Portanto, o gesto epistemológico central deste ensaio consiste em tomar Krenak como produtor de teoria, não apenas como ilustração moral ou voz subalterna validada por interlocutores do Norte Global. Isso implica uma inversão metodológica, em que o pensamento indígena ocupa o centro analítico, enquanto autores como Latour, Haraway e Escobar são interlocutores secundários, convocados para mostrar os limites que o próprio cânone crítico ocidental enfrenta diante das ontologias originárias (Santos, 2014; Viveiros de Castro, 2015).

Com o intuito de desenvolver essa discussão, o artigo está organizado em quatro seções. Na primeira discutimos os principais conceitos presentes no pensamento de Ailton Krenak, enfatizando suas implicações ontológicas para os Estudos Organizacionais. Em seguida, argumentamos que tais ideias tensionam as ontologias modernas que sustentam as formas hegemônicas de organização, especialmente aquelas orientadas pela separação entre humanidade e natureza, pela racionalidade instrumental e pela lógica da eficiência e do controle. Posteriormente, analisamos as contribuições do pensamento de Krenak para o deslocamento dos Estudos Organizacionais em direção a perspectivas ecológicas, cosmopolíticas e decoloniais, bem como as tensões, limites e riscos decorrentes dessa aproximação. Por fim, nas considerações finais, retomamos os principais argumentos desenvolvidos ao longo do artigo e defendemos a necessidade de repensar os fundamentos éticos, ontológicos e políticos do campo diante da crise ecológica contemporânea.

Em todo o percurso, a ideia de adiar o fim do mundo funciona como eixo estruturante deste ensaio, não sendo apenas objeto de análise, mas a proposição teórica que o texto busca justificar como tarefa ontológica e ética inadiável dos Estudos Organizacionais, convocando o campo a sair da lógica de gestão da crise para a imaginação de outros mundos possíveis (Escobar, 2018; Krenak, 2019).

O pensamento de Ailton Krenak e seus conceitos centrais: provocações ontológicas para os Estudos Organizacionais

O pensamento de Ailton Krenak emerge como uma das críticas mais contundentes ao projeto civilizatório moderno e às formas hegemônicas de organizar a vida. Em suas obras, Krenak (2019, 2020a, 2020b, 2022) não oferece conceitos no sentido estritamente acadêmico, tampouco pretende construir uma teoria sistemática. Sua escrita assume a forma de convocação ética e política, de chamado sensível à reaproximação com a Terra e de denúncia de uma racionalidade que, ao separar humanidade e natureza, transformou o mundo em mercadoria e a vida em recurso. Sua contribuição para os Estudos Organizacionais reside menos na proposição de um novo modelo analítico e mais na capacidade de desestabilizar categorias naturalizadas do campo, como organização, desenvolvimento, eficiência, progresso e sustentabilidade.

Terra viva: a natureza como organismo e sujeito de relação

No centro da reflexão de Krenak está a compreensão da Terra como organismo vivo, dotado de agência, memória e capacidade de resposta. Em oposição à ontologia moderna, que concebe a natureza como pano de fundo passivo ou estoque de recursos disponíveis à exploração, Krenak (2020a, p. 28) afirma que "a vida atravessa tudo, atravessa uma pedra, a camada de ozônio, geleiras". Essa formulação desloca a vida do plano da abstração e a reposiciona como força imanente que conecta todas as existências. A Terra, nessa perspectiva, não é um objeto externo à humanidade, mas o próprio tecido relacional no qual estamos imersos. Tal formulação aproxima-se da hipótese de Gaia (Lovelock, 2006) e de perspectivas cosmopolíticas que reconhecem a participação ativa de múltiplos seres na composição do mundo comum (Latour, 2017; Stengers, 2018).

Essa ontologia relacional ganha concretude quando Krenak (2022) descreve sua relação com o rio Doce, nomeado por seu povo como Watu, o rio-avô. Em *Futuro ancestral*, recorda que o rio "amplia nossas visões de mundo e confere sentido à nossa existência" (Krenak, 2022, p. 14). O rio não é percebido como recurso hídrico ou infraestrutura natural, mas como ancestral, parente e fundamento ontológico. O rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, nessa leitura, não representa apenas um desastre ambiental, mas uma violência contra um ser vivo e contra um modo de vida inteiro. Ao reconhecer rios, montanhas e florestas como sujeitos de relação, Krenak (2019, 2020a, 2020b, 2022) desloca radicalmente a noção de natureza e aproxima-se do que Escobar (2018) denomina ontologias relacionais.

Esse deslocamento sustenta uma das críticas mais incisivas do autor, a contestação da própria ideia de humanidade. Em *Ideias para adiar o fim do mundo*, Krenak (2019) questiona frontalmente se somos, de fato, uma humanidade (p. 12). A pergunta desestabiliza a pretensão universalista da modernidade ao revelar que essa humanidade se constituiu como clube seletivo, que definiu historicamente quem merece reconhecimento e quem pode ser descartado. Povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros coletivos territorializados foram reiteradamente posicionados na zona da sub-humanidade, assim como os próprios rios, montanhas e florestas, reduzidos à condição de objetos exploráveis. Essa crítica dialoga com Quijano (2000) e Mignolo (2011), ao evidenciar que a modernidade é inseparável da colonialidade e da produção de hierarquias ontológicas.

A produção dessas hierarquias ontológicas, contudo, não opera apenas no espaço, ela se desdobra também no tempo. O projeto civilizatório moderno não apenas classificou povos e territórios em termos de superioridade e inferioridade, mas os ordenou numa escala temporal em que os povos indígenas foram repetidamente inscritos no passado, como resíduos de um estágio superado da humanidade, enquanto a modernidade reservava para si mesma a posse do futuro.

O progresso, nessa gramática, funciona como o dispositivo temporal da colonialidade, ele naturaliza a ideia de que avançar significa deixar para trás tudo o que não se enquadra nos termos da civilização ocidental. Krenak (2019, 2020a, 2020b, 2022) recusa essa operação em sua raiz. Em vez de disputar um lugar no futuro tal como a modernidade o concebe, ele questiona a própria forma de habitar o tempo que esse futuro pressupõe. É nesse movimento que emerge um dos conceitos mais singulares de seu pensamento: a ancestralidade como modo de existência temporal que não separa passado, presente e futuro, mas os mantém em relação viva.

Ancestralidade e temporalidade relacional

Em contraste com a temporalidade linear e progressiva da modernidade, orientada por ideais de crescimento contínuo, inovação e aceleração, o autor propõe uma temporalidade relacional, em que passado, presente e futuro coexistem de maneira entrelaçada. O futuro não se apresenta como promessa abstrata de desenvolvimento, mas como possibilidade inscrita nas relações que mantemos hoje com a Terra e com nossos ancestrais. Em *Futuro ancestral*, Krenak (2022, p. 11) sintetiza essa compreensão ao afirmar que “se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui”.

Essa afirmação carrega implicações profundas para os Estudos Organizacionais. Em primeiro lugar, rompe com a narrativa moderna segundo a qual o futuro depende da superação do passado e da produção incessante do novo. Em segundo, reconhece que os conhecimentos, práticas e modos de existência preservados por povos indígenas e comunidades tradicionais não pertencem ao passado, mas constituem reservas concretas de futuro. Em terceiro, desloca o debate organizacional da obsessão com inovação e disrupção para a valorização da memória, da continuidade e da responsabilidade intergeracional. Como sugere Nego Bispo (2023), a ancestralidade não é nostalgia, mas tecnologia de continuidade da vida.

A ancestralidade, nesse contexto, deve ser compreendida como categoria ontológica e política. Ela não se restringe à reverência aos antepassados humanos, mas expressa a consciência de pertencimento a uma rede ampliada de relações que envolve vivos, mortos, rios, montanhas, florestas e espíritos. Em termos organizacionais, ela desafia a lógica imediatista e financeirizada que privilegia resultados de curto prazo, convidando à consideração dos efeitos das ações sobre múltiplas gerações humanas e não-humanas.

Essa dimensão política da ancestralidade é continuamente tensionada pela racionalidade moderna. Krenak (2022) afirma que formatar um ser para torná-lo útil implica uma violência sobre o percurso que ele já está habilitado a percorrer. A lógica utilitarista, nesse sentido, subordina a existência aos critérios de funcionalidade, produtividade e eficiência, deslegitimando tudo aquilo que escapa à racionalidade instrumental. Assim, ao reivindicar rios, montanhas, espíritos e ancestrais como participantes ativos do mundo comum, ele não apenas critica o utilitarismo moderno, mas recusa a própria ideia de que a vida precisa justificar sua existência pela utilidade.

Crítica ao utilitarismo: a recusa da instrumentalização da vida

Um dos conceitos mais originais e politicamente carregados do pensamento de Krenak (2020a) é sua crítica ao utilitarismo e essa crítica está inscrita já no título de uma de suas obras: *A vida não é útil*. Trata-se de uma declaração filosófica e política que confronta diretamente a lógica dominante segundo a qual tudo, inclusive a vida, deve ser avaliado por sua funcionalidade, produtividade e eficiência.

Para Krenak (2020a), a vida é fruição, uma dança cósmica que a racionalidade ocidental insiste em reduzir a uma coreografia utilitária. A pergunta que atravessa o livro: por que insistimos em transformar a vida em uma coisa útil? denuncia o quanto a lógica da utilidade colonizou não apenas as instituições, mas a própria experiência de existir. Religiões, política e ideologias são mobilizados para emoldurar o que o autor chama de "vida útil", enquanto a fruição, o ócio, o silêncio e o pertencimento são desqualificados como improdutividade ou primitivismo.

Essa crítica articula-se diretamente com a análise foucaultiana. Foucault (1987) mostra que a sociedade de mercado só considera o ser humano útil quando está produzindo; quando o indivíduo para de produzir, converte-se em despesa. Krenak (2020a) radicaliza esse diagnóstico ao estendê-lo a toda a trama da vida: não são apenas trabalhadores que se tornam descartáveis quando perdem funcionalidade, são também povos inteiros, rios, florestas e formas de existência que são eliminados quando não servem ao circuito da acumulação. Aí reside a lógica da hierarquia: útil versus inútil, produtivo *versus* improdutivo, civilizado versus primitivo, são distinções que não são neutras, mas que operam como dispositivos de governo sobre a vida.

Krenak (2020a) aponta que os povos originários resistem precisamente por terem recusado essa captura. Ao não se renderem ao sentido utilitário da existência, esses povos mantiveram formas de vida que a modernidade não consegue reconhecer como valor e por isso mesmo os rotula como atrasados, preguiçosos ou obstáculos ao progresso. A recusa da utilidade é, portanto, também uma recusa da hierarquia que o utilitarismo produz entre modos de existência.

Essa crítica à utilidade não se limita à dimensão subjetiva ou cultural, mas alcança diretamente as formas históricas de organização econômica e política da modernidade. Para Krenak (2020a) o utilitarismo aparece articulado ao capitalismo e ao colonialismo como racionalidades que transformam territórios, corpos e modos de vida em recursos disponíveis à exploração, legitimando hierarquias e formas contínuas de devastação, que veremos a seguir.

Importa notar que essa crítica tem implicações diretas para os Estudos Organizacionais. Categorias centrais do campo, como eficiência, produtividade, racionalidade instrumental e maximização de valor, são exatamente as expressões organizacionais do utilitarismo que Krenak recusa. Organizações fundadas nessa lógica não apenas reproduzem a separação entre humanidade e natureza, mas se tornam dispositivos ativos de eliminação de tudo que não se enquadra na equação da utilidade, com os povos, os rios, as florestas, os saberes e as temporalidades que escapam ao cálculo econômico (Tsing, 2015; Banerjee, 2008).

Capitalismo, colonialismo e a devastação como projeto

A crítica ao utilitarismo em Krenak (2020a) é inseparável de sua análise do capitalismo e do colonialismo como sistemas articulados de instrumentalização da vida. O

autor afirma que o capitalismo quer vender até a ideia de que é possível reproduzir a natureza: acabar com a água doce e depois rentabilizar a dessalinização dos mares, sugerindo que a lógica da substituição e da reposição mercantil pode suprir o que antes era dom da Terra (Krenak, 2020a). Trata-se, como observa apoiando-se em Rolnik (2018), de um necrocapitalismo, ou seja, uma forma de organização econômica que nem precisa mais da materialidade das coisas para operar, podendo transformar tudo em fantasia financeira enquanto o mundo real se desfaz.

A dimensão estrutural desse sistema fica evidente quando ele analisa a questão da terra. O capitalismo só admite a propriedade privada e é incompatível com qualquer forma de uso coletivo do território (Krenak, 2022). Essa incompatibilidade não é acidental, ela revela que a expropriação de territórios indígenas e a destruição de modos de vida baseados no comum são condições de funcionamento do sistema, e não efeitos colaterais corrigíveis.

O colonialismo, nessa perspectiva, não é episódio histórico encerrado, mas força viva que segue operando nas instituições contemporâneas. Krenak (2020a) observa que esse colonialismo está impregnado na cabeça de agentes públicos de todos os níveis, que continuam a serviço da invasão, não de uma invasão passada, mas de um projeto permanente de supressão de modos de vida que resistem à lógica dominante. Essa leitura converge com Quijano (2000) e Mignolo (2011), mas parte de uma experiência territorial concreta, o próprio povo Krenak, que permaneceu às margens do rio Doce devastado pela lama de Mariana, recusando o deslocamento e a reabilitação, como ato de consciência e de pertencimento (Krenak, 2020a).

Todos esses conceitos convergem na crítica de Krenak ao progresso e ao desenvolvimento. Em sua leitura, essas ideias funcionam como narrativas legitimadoras da devastação, sustentando a conversão de territórios vivos em zonas de sacrifício. O autor lembra que “ninguém come dinheiro” (Krenak, 2020a, p. 12), frase que denuncia o caráter abstrato e violento da racionalidade econômica moderna, incapaz de reconhecer que riqueza monetária não substitui água limpa, solos férteis, florestas em pé e relações de pertencimento. Essa crítica ressoa com Shiva (2005), Acosta (2016) e Escobar (2018), mas parte de uma posição que esses autores não habitam, a de quem vive dentro do desastre e recusa a narrativa de que sobreviver, por si só, basta.

Esse conjunto conceitual de Terra viva, natureza como parentesco, ancestralidade, temporalidade relacional, recusa do utilitarismo, crítica ao capitalismo e ao colonialismo constituem um repertório profundamente desestabilizador para os Estudos Organizacionais. Eles desafiam as bases ontológicas do campo e convidam à construção de abordagens comprometidas com a pluriversalidade, com a interdependência entre formas de vida e com a responsabilidade ética diante do mundo comum. Mais do que oferecer respostas prontas, o pensamento de Ailton Krenak nos convoca a uma pergunta fundamental: que tipos de organização queremos sustentar em um planeta vivo que já demonstra, de múltiplas formas, não suportar mais os termos da nossa pretensa humanidade?

Contribuições do pensamento de Krenak para o deslocamento dos Estudos Organizacionais em direção a perspectivas ecológicas, cosmopolíticas e decoloniais

O pensamento de Krenak não pede permissão ao campo dos Estudos Organizacionais para existir. Ele existe antes, em outro registro, e é justamente essa anterioridade ontológica que o torna tão desestabilizador. Ao invés de perguntar em que medida o pensamento indígena pode ser “aplicado” à teoria organizacional, o gesto deste ensaio é o oposto: que pressupostos

dos Estudos Organizacionais precisam ser abandonados para que o pensamento de Krenak possa ser escutado em seus próprios termos?

Ao fazer esse movimento, o objetivo é muito mais oferecer um *paraquedas colorido*, do que propor, necessariamente, um novo modelo de gestão, de uma forma que desafie o campo a deixar de ser a ciência da otimização do colapso para se tornar um espaço de imaginação de outros mundos possíveis. Portanto, essa aproximação deixa de ser uma mera atualização crítica, para se tornar uma ruptura estrutural com as bases do campo, que se ergueu sob o pilar da modernidade que separa a humanidade da natureza.

O deslocamento ecológico e cosmopolítico que Krenak produz não é uma metáfora poética, é uma ruptura ontológica com consequências diretas para as categorias centrais dos Estudos Organizacionais. Quando ele nos apresenta o Watu (rio Doce) como avô e sujeito de relação, ele desfaz a fronteira que separa "ambiente" de "organização".

A teoria organizacional dominante pressupõe que as organizações existem em um ambiente externo que pode ser monitorado, controlado e gerenciado. Krenak inverte essa lógica, é a Terra que nos contém, não o contrário. Essa inversão coloca em colapso a própria noção moderna de *stakeholder*, que pressupõe que apenas humanos possuem interesses reconhecíveis. Latour (2017) e Stengers (2018) chegam a conclusões parcialmente convergentes pela via da ciência europeia, a "Intrusão de Gaia" e a "cosmopolítica" reconhecem a agência de entidades não-humanas. Mas o pensamento de Krenak radicaliza esse passo, não se trata de ampliar o conceito de *stakeholder* para incluir rios e florestas, mas de recusar a própria gramática da gestão como modo adequado de se relacionar com a Terra. Assim, a busca gerencial por controle precisa ser substituída pela *response-ability* formulada pela Donna Haraway (2016), transmutando a ideia de gerir e controlar o meio ambiente pela ideia de *compor com* a Terra e tecendo práticas de coabitação e cuidado capazes de inventar *paraquedas coloridos* diante das ruínas do sistema moderno.

Sobre o deslocamento decolonial, temos o pensamento de Krenak quebrando e criticando o mito moderno do progresso e do desenvolvimento linear, que não se mostram iguais a todos os seres, mas baseiam as teorias gerenciais hegemônicas vindas do Norte Global e denunciando a categoria "humanidade" como um clube estrito feito para autorizar a expropriação colonial e predação ecológica. Descolonizar a teoria organizacional, envolve, portanto, rejeitar as falsas promessas de desenvolvimento sustentável e as métricas fingidas de mercado para resgatar tecnologias sociais de resistência e modos de subsistência locais, redefinindo a finalidade das organizações a partir de um aprendizado profundo e respeitoso com os povos originários e da premissa radical de adiar o fim do mundo.

O pensamento de Krenak expõe com precisão cirúrgica as fundações coloniais das teorias organizacionais hegemônicas, a noção de desenvolvimento linear que hierarquiza modos de vida; o conceito de progresso que legitima expropriação territorial; a categoria de "humanidade" que historicamente excluiu povos indígenas, quilombolas e outras formas de existência (Quijano, 2000; Mignolo, 2011). Descolonizar a teoria organizacional, nesse registro, não é apenas incluir perspectivas subalternas em um quadro analítico já dado, mas é também questionar os próprios fundamentos desse quadro.

O que isso significa, em termos concretos para o campo? Significa reconhecer que as categorias de estratégia, governança, eficiência e sustentabilidade corporativa carregam pressupostos coloniais que naturalizam a separação entre humanidade e Terra (Banerjee, 2008). Significa admitir que modelos de gestão produzidos no Norte Global não são neutros, mas expressam uma cosmologia específica, aquela que Krenak recusa ao afirmar que "ninguém come dinheiro" (Krenak, 2020a, p. 12). E significa, sobretudo, abrir o campo para o

aprendizado com formas de organizar a vida que não passaram pelo crivo da modernidade ocidental. A premissa radical que emerge desse deslocamento é a de adiar o fim do mundo como tarefa coletiva, não gerencial.

Sabemos que esse duplo movimento de abertura teórica promove uma tensão profunda e fricções epistemológicas vindas da incomensurabilidade entre as cosmologias indígenas e as estruturas rígidas que baseiam a ciência da Administração. Emerge aqui o paradoxo das temporalidades e das linguagens: enquanto a visão cosmopolítica evoca o tempo cíclico da Terra e a dimensão do sagrado, as ferramentas analíticas convencionais da área operam sob o signo da urgência linear do mercado, onde imperam planilhas de risco, balanços e indicadores de desempenho que tendem a reduzir a agência não-humana a métricas domesticadas. Além disso, a racionalidade gerencial possui uma capacidade muito forte de acabar com discursos subversivos, gerando o risco de uma captura teórica que converta a radicalidade anticapitalista de Krenak em meros slogans de *greenwashing* para relatórios ESG corporativos. Diante desses riscos e possibilidades, propomos que o conceito de florestania organizacional funcione como operador teórico do deslocamento que este ensaio busca construir.

Da Cidadania Corporativa à Florestania Organizacional

O conceito de cidadania corporativa (CC) consolidou-se no campo da Administração como uma resposta às pressões sociais sobre o papel das grandes empresas na sociedade. Historicamente, as bases desse debate remontam à década de 1930 nos Estados Unidos, ganhando corpo com a obra seminal de Howard Bowen em 1953, que definiu a responsabilidade social como a obrigação dos gestores em seguir linhas de ação desejáveis aos valores da sociedade. Posteriormente, o modelo evoluiu para estruturas mais sofisticadas, como a pirâmide de Carroll, que segmenta as responsabilidades em econômica, legal, ética e discricionária (Lopes, 2021). No estágio mais avançado desse modelo, denominado "transformador", a empresa buscaria mudar as "regras do jogo" para promover o bem-estar social (Abreu; Silva; Freitas; Cunha, 2013). Contudo, a aplicação prática da cidadania corporativa tem sido alvo de severas críticas por sua natureza eminentemente instrumental e utilitarista, do tipo: a ética pode ser um bom negócio (Kreitlon, 2012; Irigaray; Stocker; Anderson, 2023)

A análise crítica da cidadania empresarial revela o que se pode chamar de uma "ética travestida". Sob o pretexto de responsabilidade, muitas organizações utilizam projetos sociais como uma "moeda" para gerenciar crises de imagem ou desastres ecológicos, em vez de uma transformação real, observa-se a construção de um "discurso cobertura" que oculta a busca incessante pelo lucro a qualquer custo (Soares, 2004). Esse fenômeno resulta na produção de uma "McMoral" organizacional: um produto de fachada, processado e mensurável, que esvazia a moralidade de seu sentido substantivo para torná-la um ativo de marketing e greenwashing (Kreitlon, 2012). Sob o regime do neoliberalismo, a cidadania deixa de ser um direito conquistado para se tornar um "favor" ou uma "troca mercantil", onde o consumidor substitui o cidadão e a esfera pública é capturada por interesses privados (Fontenelle, 2007).

Diante da falência ontológica da cidadania corporativa, o pensamento de Ailton Krenak oferece uma alternativa radical: a florestania. O conceito nasceu no final dos anos 1970, no contexto da resistência de seringueiros e indígenas no Acre contra a fragmentação da floresta imposta pelo Estado. Enquanto a cidadania tradicional é um conceito da pólis (cidade), vinculado a protocolos burocráticos e registros institucionais, a florestania é um

direito que nasce do pertencimento orgânico ao bioma. Ela recusa o "dedo urbano" que tenta privatizar e lotear a vida, reivindicando, em vez disso, a continuidade da mata e a fluidez dos rios (Krenak, 2022). A florestania emerge da confluência entre o pensamento de Krenak (2019, 2022) e a tradição de Nego Bispo (2023) sobre o "envolvimento" com o território, nomeia uma forma de organizar a vida em que o pertencimento à Terra precede e condiciona qualquer lógica de eficiência, lucro ou controle.

Uma organização pautada pela florestania deixa de ser um "objeto organizado" para se tornar um modo organizativo de envolvimento com o território. Isso exige o que Krenak (2022) denomina "reflorestar nosso imaginário", desafiando a lógica de que a civilização é exclusivamente urbana e que a natureza é um estoque de recursos inerte

.A florestania organizacional propõe a substituição das competições predatórias por alianças afetivas, que reconhecem a alteridade radical e permitem confluências entre mundos não iguais. Organizar a vida, nesse sentido, não é baseada na competição, mas colocar o coração no ritmo da terra, produzindo organizações capazes de "pisar leve" (Krenak, 2022) e garantir a centralidade da vida como um valor intrínseco, e não como uma mercadoria

Organizações que praticam a florestania não gerem o ambiente, elas habitam o território como parte integrante de uma teia de interdependências que inclui humanos, rios, florestas, espíritos e ancestrais. Trata-se de uma categoria analítica que desafia o campo a reformular suas perguntas fundamentais: não mais "como as organizações podem ser mais sustentáveis?", mas "como o organizar pode contribuir para adiar o fim do mundo e sustentar o bem viver de todas as formas de vida" (Acosta, 2016; Krenak, 2022)?

Considerações finais

O percurso teórico empreendido neste ensaio permitiu argumentar que o pensamento de Ailton Krenak constitui uma convocação a repensar os fundamentos ontológicos, éticos e políticos do campo. Ao colocar a Terra como organismo vivo dotado de agência e memória, ao reivindicar a ancestralidade como tecnologia de futuro e ao recusar a lógica utilitarista que reduz existência a funcionalidade, Krenak oferece um diagnóstico da modernidade capitalista e os contornos de uma outra forma de habitar o planeta "pisando mais leve".

A questão que direcionou este trabalho nos levou a construir uma ampla problematização que passa pelos questionamentos: que tipos de mundos os Estudos Organizacionais têm ajudado a produzir? E que mundos estamos dispostos a sustentar? Nesse processo mostramos que Krenak nos leva ao entendimentos das organizações como nós de uma rede de interdependências que envolve humanos, não-humanos, rios, florestas e ancestrais; a busca ideológica pelo futuro tecnológico e disruptivo seria melhor organizado por modos outros de habitar o tempo; a existência não precisa justificar-se pela produtividade; e a exclusão de povos indígenas, territórios e saberes não é um efeito colateral do desenvolvimento, mas foi sua condição de possibilidade.

Com isso arriscamos nomear como a tarefa ontológica e ética inadiável dos Estudos Organizacionais: adiar o fim do mundo. Dialogando com Haraway (2016) mostramos a necessidade de sermos responsáveis e responsivos com diferentes formas de vida e não-vida que as organizações produzem, reproduzem e destroem. Adiar o fim do mundo significa, nesse registro, comprometer-se com práticas organizacionais que se componham com a Terra e sair do registro do domínio da natureza para práticas de coabitação. Contudo, a aproximação entre o pensamento indígena e os Estudos Organizacionais carrega o risco sempre presente de

uma captura teórica que domestique a radicalidade anticapitalista de Krenak em prol de formas de organizações verdes, indicadores de sustentabilidade e compromissos ESG.

Em conclusão, este ensaio defende que adiar o fim do mundo não é uma meta de gestão, mas um ato de resistência ontológica que exige dos Estudos Organizacionais a coragem de romper com o necrocapitalismo e o mito do progresso linear. Ao acolher o pensamento de Krenak, o campo é provocado a transitar do desenvolvimento, que separa e consome mundos, para o envolvimento (Nego Bispo, 2023), que tece confluências e alianças afetivas entre humanos e não-humanos. A tarefa inadiável de nossa área pode ser uma construção do envolvimento com o território, uma florestania organizacional na qual o organizar deixe de ser uma ferramenta de gestão e produtividade, e passe a ser uma celebração da vida e de um futuro ancestral. Somente ao reflorestar nosso imaginário (Krenak, 2022) e reconhecer a agência política de rios, montanhas e vidas não-humanas, será possível produzir organizações capazes de, efetivamente, 'pisar leve' e garantir o bem viver de todas as vidas.

Referências

ABREU, M. C. S.; SILVA, V. M. M.; FREITAS, A. R. P.; CUNHA, L. T.. Estágios de Evolução da Cidadania Corporativa: partindo do elementar para a transformação social. **Revista de Gestão Social e Ambiental (RGSA)**, v. 7, n. 3, pp. 3-18, set./dez. 2013

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.

BANERJEE, S. B. Corporate social responsibility: the good, the bad and the ugly. **Critical Sociology**, v. 34, n. 1, p. 51–79, 2008.

BISPO, M. S.; CHIMENTI, P. Ensaios teóricos e pensatas provocativas na Administração Contemporânea. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 29, n. 5, e250394, 2025.

DAHER, S.; BAUER, A. P. M.; SEIFERT, R. E. Potencialidade e manifestação: uma experiência do perspectivismo Ameríndio, um convite para repensar o conceito de organização. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 22, n. 1, e20230062, 2024.

DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há mundo por vir?: ensaio sobre os medos e os fins**. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2014.

DE LA CADENA, M. **Earth beings: ecologies of practice across Andean worlds**. Durham: Duke University Press, 2015.

ESCOBAR, A. **Designs for the pluriverse: radical interdependence, autonomy, and the making of worlds**. Durham: Duke University Press, 2018.

FARIA, J. H. Foi e não se sabe se volta: o sumiço progressivo da teoria original. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 26, n. 6, e220065, 2022.

FONTENELLE, I. A. Mercadores da Cidadania: Limites e Desvios da Responsabilidade Social Corporativa. **Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais**, n. 26, pp. 203-223, abr. 2007

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HARAWAY, D. J. **Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene**. Durham: Duke University Press, 2016.

IPBES – Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. **Global assessment report on biodiversity and ecosystem services**. Bonn: IPBES Secretariat, 2019.

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. **Synthesis report of the IPCC Sixth Assessment Report (AR6)**. Geneva: IPCC, 2023.

IRIGARAY, H. A. R.; STOCKER, F.; ANDERSON, R.. Saúde Planetária: um passo além do Environmental, Social e Governance (ESG). **Cadernos EBAPE.BR**, v. 21, n. 4, editorial, 2023.

KREITLON, M. P. McMoral, iPolítica, Cidadania Wireless: Reflexões para o Ensino e a Pesquisa em RSE no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, art. 6, pp. 271-289, mar./abr. 2012

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

KRENAK, A. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

KRENAK, A. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOPES, L. A. Responsabilidade social corporativa: a cidadania segundo o Capital. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades.** Salvador/Recife, v. 46, n. 254, p. 646-664, set./dez. 2021.

LOVELOCK, J. **The revenge of Gaia: Earth's climate crisis and the fate of humanity**. New York: Basic Books, 2006.

MENEGHETTI, F. K. O que é um Ensaio-Teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 320–332, 2011.

MIGNOLO, W. D. **The darker side of western modernity: global futures, decolonial options**. Durham: Duke University Press, 2011.

NEGO BISPO, A. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora; Piseagrama, 2023.

QUIJANO, A. Coloniality of power, eurocentrism, and Latin America. **Nepantla: Views from South**, v. 1, n. 3, p. 533–580, 2000.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

SANTOS, B. S. **Epistemologies of the South: justice against epistemicide**. Boulder: Paradigm Publishers, 2014.

SHIVA, V. **Earth democracy: justice, sustainability, and peace**. Cambridge: South End Press, 2005.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SOARES, G. M. de P. Responsabilidade Social Corporativa: Por Uma Boa Causa!? **RAE-eletrônica**, v. 3, n. 2, art. 23, jul./dez. 2004

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TSING, A. L. **The mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins**. Princeton: Princeton University Press, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Metafísicas caníbales: líneas de antropología postestructural**. Buenos Aires: Katz Editores, 2015.

WHETTEN, D. A. O que constitui uma contribuição teórica? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 7, n. 3, p. 159–173, 2003.